

ARTIGO

Carlos Nelson Coutinho e a polêmica criadora – considerações preliminares

Sofia Manzano*
Milton Pinheiro**

RESUMO: Carlos Nelson Coutinho foi um intelectual que durante toda a sua vida mesclou uma profunda erudição com uma participação política ativa e polêmica. Sempre no campo da esquerda comunista, esse intelectual, que foi membro do PCB, contribuiu para o pensamento marxista brasileiro, ao introduzir em nossa cultura política o pensamento de Gramsci e Lukács. Desde jovem, o seu apreço pela crítica literária permitiu que ele inovasse nesse campo ao incorporar autores como Kafka, ao rol dos autores realistas. Na esfera da teoria política desenvolveu uma inovadora e polêmica conceituação da democracia, que culminou, em seu último livro, com uma leitura inédita de Rousseau para além do contratualismo formal.

PALAVRAS-CHAVE: comunismo; crítica literária; democracia.

Para Sofia Rios Meira, nossa neta, que, ao nascer e crescer,
contribua para transformar o mundo em que vivemos.

Queremos, com esse pequeno texto, fazer uma saudação crítica à figura do intelectual marxista Carlos Nelson Coutinho. Trata-se, aqui, de chamar a atenção para sua principal característica, qual seja, dentro do campo do marxismo, a ousadia de criar polêmicas na perspectiva de sempre analisar e prospectar trilhas para que os revolucionários possam se colocar como protagonistas no cenário da luta de classes.

Para aqueles que estão permanentemente envoltos com a “pequena política” ou com a leitura aligeirada da teoria, Carlos Nelson Coutinho representa aquela figura que ou se toma como contraditório no debate teórico-político, ou se coloca como desafio a ser julgado, sem entrar nos meandros das suas formulações. Por sua posição “contra a corrente” e a defesa da democracia progressiva, ele se manteve sempre como, no mínimo, polêmico e “perigoso” para leitores que já sabiam a conclusão de suas leituras. Neste mundo hodierno, de edições em profusão (nunca se publicou tantos livros como agora) e pouquíssimos leitores, no máximo leitores de resenhas ou orelhas de livros, a confusão que Carlos Nelson provoca é perfeitamente justificada pela ignorância vicejante.

Para além de seu trabalho, amplamente conhecido, de ter trazido para nós Gramsci e Lukács; para além de suas inovadoras críticas literárias; para além de seu papel como militante do PCB, do PT e do PSOL, Carlos Nelson foi um intelectual original. Desde cedo esteve presente no cenário político brasileiro como militante; porém, as transformações de fundo na sociedade formaram um campo de preocupações que fizeram com que ele representasse o autêntico intelectual orgânico da classe trabalhadora.

O percurso histórico

O baiano Carlos Nelson era filho de uma família de liberais com tradição intelectual, cujo pai, o velho deputado da UDN, Natan Coutinho, tinha em sua biblioteca clássicos do marxismo. Ao ler o *Manifesto Comunista*, diz Carlos Nelson ter se tornado comunista. Iniciou

seus estudos e desde cedo marcou sua presença na *Revista Ângulos*, que era editada pelos estudantes de Direito da Universidade Federal da Bahia. Ali publicou dois artigos, nos números 16 e 17, em que tratava de temas extremamente complexos para um jovem de 17 anos: o primeiro texto, “O processo das contradições e a revolução brasileira” e o seguinte, “Problemática atual da dialética”. O primeiro artigo indaga o que haveria de científico no que já havia sido escrito sobre a pequena burguesia brasileira e a fração industrial da burguesia. O segundo questiona os estudos e formas “oficiais” com que se pensavam as categorias marxistas até então no país, trazendo à baila ideias de Lukács. Esses dois textos representaram uma inovação para os intelectuais de então, mesmo tendo sido escritos por um jovem de 17 anos. Após esses dois artigos, ainda à procura de um horizonte intelectual, Carlos Nelson escreveu um artigo sobre Sartre na revista *Estudos Sociais*.

A publicação desse artigo, nos relata Leandro Konder em suas *Memórias de um intelectual comunista*, gerou muita polêmica no interior do conselho da revista, da qual fazia parte. Além de relatar os duros debates e as possibilidades de críticas das bases à direção do PCB na época, Konder relata que recebeu do leitor Carlos Nelson, ainda residente na Bahia, esse artigo favorável à Sartre. Diante das oposições de parte do conselho – principalmente de Mario Alves e Jacob Gorender –, ele e Armênio Guedes criaram a seção “Problemas em debate” especialmente para a publicação desse artigo (Konder, 2008, p. 54).

Já nesse período de estudos iniciais, ainda na Bahia, Carlos Nelson torna-se militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB); todavia, com o golpe burgo-militar, muda-se para o Rio de Janeiro. Ali começa o período mais fértil da sua formação intelectual. Ao lado de seu interesse pela crítica literária, o jovem intelectual baiano desperta para a filosofia política, ao integrar o projeto da editora Civilização Brasileira de traduzir Antonio Gramsci pela primeira vez no Brasil e, como nos alerta Konder, antes mesmo dos franceses, ingleses e

norte-americanos. Carlos Nelson traduziu *Concepção dialética da história, Os intelectuais e a organização da cultura e Literatura e vida nacional*. Acreditamos que parte desse período o seu envolvimento intelectual e político com o pensador sardo, tornando-se um dos maiores especialistas em Gramsci no mundo, ao ponto de ter construído uma interpretação particular sobre esse pensador que pauta os debates teóricos em torno da sua obra. Para alguns, na crítica às formulações de Carlos Nelson, a sua interpretação de Gramsci se constitui a partir de um viés culturalista e reformista.

No entanto, o trabalho intelectual do jovem pensador é interrompido pela inflexão e truculência da ditadura burgo-militar que resolveu eliminar fisicamente aqueles que lutavam contra ela. Carlos Nelson, após diversos assassinatos de seus camaradas comunistas do PCB, é desterrado para o exílio. No exílio, passou pela Itália, Portugal e França. O contato com os acontecimentos produzidos pela esquerda comunista europeia e suas formulações, em especial do PCI, aproximou-o das concepções do chamado “eurocomunismo”. A partir daí, com base nessas novas formulações, a participação dele no debate interno do PCB vincula-se àqueles que expressam fortemente críticas ao posicionamento caudatário das ideias socialistas desenvolvidas e tornadas oficiais na União Soviética e no Leste Europeu.

Esse debate pela “renovação” do PCB ocorreu dentro da Assessoria do Comitê Central no exílio, da qual ele fazia parte. Sem entrarmos aqui no mérito das posições em litígio, ao retornar do exílio Carlos Nelson se afasta do partido, no início dos anos 1980. Um dos aspectos dessa contenda é o ensaio, hoje muito conhecido, “A democracia como valor universal”, publicado inicialmente, em 1978, na revista *Encontros com a Civilização Brasileira*.

Essa polêmica, passados mais de vinte anos, não foi devidamente esclarecida e, muitas vezes, os debates apaixonados em que se envolvem aqueles que, como Marx, não são apenas intelectuais, mas também militantes e dirigentes da esquerda revolucionária brasileira, deixam

passar despercebidas as contribuições inovadoras nas interpretações de Carlos Nelson. Mais adiante, ao tomarmos como objeto de análise seu último livro publicado em vida, *De Rousseau a Gramsci*, voltaremos a ela.

A crítica literária inovadora

Apesar de vários intelectuais brasileiros terem tido contato com os textos de György Lukács, Carlos Nelson Coutinho é considerado por Leandro Konder, seu amigo desde cedo, o primeiro “lukacsiano brasileiro”. A partir daí, aprofundou seus estudos sobre o filósofo húngaro tirando consequências interpretativas e inovadoras para sua investigação sobre a realidade brasileira. Ao lado desses estudos, Carlos Nelson desenvolveu um profundo interesse pela crítica literária, demonstrando seu descontentamento com as insuficiências que eram comuns tanto nas críticas conservadoras da ideologia dominante, como, por outro lado, na vulgata de cunho stalinista representada pela “oposição ideológica” que queria ser o realismo socialista do teórico Zhdanov.

Carlos Nelson parte para construir sua própria trajetória nesse campo da interpretação cultural. Além de seus estudos de crítica literária a respeito de Dostoievski, Lima Barreto, Graciliano Ramos, Jorge Semprún e Soljenitzin, seu livro *Lukács, Proust e Kafka* não só representa um avanço teórico na crítica literária em relação ao mestre húngaro – ao considerar Kafka um autor importante no realismo literário, ao contrário de Lukács –, mas também uma lição de crítica.

Sua análise crítica da obra de Kafka, colocando-o no campo da literatura realista, tem como pano de fundo as transformações sociais pelas quais passa o capitalismo do início do século XX. Daquele capitalismo concorrencial, em que o burguês liberal “empreendedor” forma o personagem típico (no sentido lukacsiano do termo) do romance realista, o século iniciante traz consigo a monopolização e a emergência das burocracias das grandes corporações e do Estado. Enquanto o personagem do romance

realista do século XIX capitula, conformado, resignado e de maneira trágica à impossibilidade objetiva de exercer sua individualidade diante das forças objetivas que formam o centro das contradições do romance realista desse período, no século dos monopólios a impossibilidade da realização do homem emancipado torna-se mais desesperadora, diante do gigantismo monopolista do Estado, das empresas e suas máquinas de propaganda.

Neste sentido, diz Carlos Nelson, em sua crítica à obra de Kafka:

Com a passagem do capitalismo liberal para o capitalismo dos monopólios, essa dialética entre causalidade e necessidade sofre alteração. Os espaços livres começam a desaparecer na esfera econômica. O tradicional empresário autônomo da era liberal (que ainda aparece no centro de um romance como *Os Buddenbrook* de Thomas Mann, publicado em 1900) é substituído pelas grandes organizações monopolistas dirigidas de modo impessoal e burocrático. O consumo, por sua vez, torna-se objeto de crescente ‘racionalização’, de regulamentação; o consumidor é cada vez mais manipulado, coagido a consumir aquilo que lhe é prescrito pelos monopólios. E, a partir da base econômica, o processo se generaliza à totalidade da vida social (Coutinho, 2005b, p. 129).

Assim, prossegue:

O problema que Kafka pretende evocar em sua obra pode ser assim resumido: em nosso tempo, nem mesmo o homem médio – ou seja, o homem desprovido de qualquer impulso no sentido de uma autofruição verdadeira humana da própria personalidade e muito distante de um ser inconformista (como eram Julian Sorel, Lucien de Rubempré, Raskolnikov ou mesmo o narrador da *Recherche*) – pode se julgar a salvo

daquela ‘força objetiva’ que, à sua falsa consciência, aparece como um destino fatal. O choque trágico com a realidade alienada não é mais o resultado de uma batalha na qual a iniciativa pertence ao indivíduo e que, por isso mesmo, atinge apenas algumas figuras excepcionais (ainda que típicas no sentido lukacsiano da expressão); Kafka nos mostra que uma tal situação pode ocorrer até mesmo ao mais oco e medíocre conformista (Coutinho, 2005b, p. 131).

Nestes poucos excertos, pode-se ter claras a erudição e a criatividade crítica de Carlos Nelson no sentido de ir além dos marcos estabelecidos pelo marxismo reinante até então, se contrapondo, de forma original, às formulações dominantes.

A crítica literária normalmente se torna inócua e, hoje, pela pobreza intelectual reinante, não passa de resenhas para vender livros, uma vez que, na melhor das hipóteses, fica restrita ao âmbito da alta cultura. Quando desempenhou, com louvor e nas trilhas abertas por Lukács, esse caminho, ou seja, da crítica da alta cultura, Carlos Nelson contribuiu de forma seminal. Mas esse não foi seu único percurso de trabalho crítico. Além de suas inovações acima afirmadas, dentro do campo do marxismo, a partir da contribuição e sob influência do pensamento de Gramsci, seu interesse passa a ser a investigação da cultura em sentido lato, como afirma José Paulo Netto, no posfácio da reedição do livro *Estruturalismo e a miséria da raça*. Assim sendo, torna-se central, para ele, o estudo e o debate sobre o papel dos intelectuais na organização da cultura, mas também, a cultura e a sociedade no Brasil.

Carlos Nelson e o debate sobre o Brasil

Além das duas trilhas intelectuais seguidas e aprofundadas por Carlos Nelson – a renovação da cultura marxista via Lukács e a renovação da política a partir de Gramsci – nosso autor participou dos debates sobre o Brasil levando em

consideração os escritos de Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes. Para efeito de opinião, nesse texto, utilizaremos os dois últimos.

Para Carlos Nelson, em Caio Prado Jr., apesar de ter dedicado grande parte de sua obra à história pretérita, o elemento central dos estudos do historiador marxista era a compreensão do Brasil contemporâneo. Ele encontra, ainda, uma profunda conexão entre *Formação do Brasil contemporâneo* e *A revolução brasileira*, analisando que “Caio Prado tem sempre em vista a investigação do presente como história, o que implica para ele, enquanto marxista, uma análise dialética da gênese e das perspectivas deste presente” (Coutinho, 2005a, p. 221).

Caio Prado, na interpretação de Carlos Nelson, identificou características peculiares no capitalismo brasileiro, chamado por ele de via “não-clássica”, estabelecendo com o historiador um debate rico sobre essa questão; todavia, corroborando a crítica feita a Caio Prado, de ter analisado o período da Colônia e do Império pela via da circulação, não utilizando (talvez por desconhecimento) o conceito de modo de produção para entender as relações sociais. Segundo Carlos Nelson, Prado Jr. toma uma sociedade mercantil como uma sociedade capitalista incompleta, o que não condiz com a perspectiva analítica marxista, ao tempo em que, também, não conhecia o conceito marxista de capitalismo de Estado. Porém, não deixa de sublinhar os méritos de Caio Prado em sua pesquisa sobre a sociedade brasileira, considerando o historiador comunista como um pioneiro na interpretação marxista da formação social brasileira. Uma das categorias construídas por Caio Prado, a de escravismo mercantil, para designar as relações sociais de produção no período colonial, é destacada por Carlos Nelson para demonstrar a qualidade desse autor.

No caso do debate que manteve com Florestan Fernandes, Carlos Nelson identificou no sociólogo brasileiro a construção daquilo que ele chama de “imagem do Brasil”. Nas suas próprias palavras, qualificando o autor, ele afirma:

Forçando um pouco os termos, poderemos dizer que tais ‘imagens’ contêm sempre uma articulação entre ciência e ‘ideologia’, ou entre ser e dever-ser, o que nos permite classificá-las – conforme sua perspectiva, seja conservadora ou revolucionária – como de direita ou de esquerda. Para darmos uns poucos exemplos, há ‘imagens do Brasil’ nas obras de Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, que são de direita, ou nas de Caio Prado Jr. e de Nelson Werneck Sodré, que são de esquerda (Coutinho, 2005a, p. 245).

Compondo essa ‘imagem do Brasil’, o livro *A revolução burguesa no Brasil*, que é considerado uma obra-prima, trata-se de um “texto onde o marxismo é assumido explicitamente como ponto de vista metodológico” (Coutinho, 2005, p. 246). Assim como outros marxistas, Florestan Fernandes trata da questão da revolução burguesa, para Carlos Nelson, centrado em três aspectos: 1 - processos que conduziram à modernização capitalista; 2 - especificidade da revolução burguesa no Brasil que torna o capitalismo entre nós muito particular; e 3 - “tendências e caminhos” para superar essa formação social.

Ele encontra, nos estudos de Caio Prado e Florestan Fernandes, pontos de divergência com as formulações do principal operador político da época em que foram feitos, ou seja, o PCB. Qualificam como subproduto do VI Congresso da Internacional Comunista as formulações do Partido, deixando em aberto um grande debate.

Democracia, a vontade geral e a pós-modernidade

Como polêmico e original intelectual brasileiro, em seu último livro publicado em vida, *De Rousseau a Gramsci*, Carlos Nelson abre uma chave de interpretação do pensamento e da contribuição teórica de Rousseau para além dos enfoques tradicionais. Como inspirador

de grandes lideranças da Revolução Francesa, como Robespierre e Marat, mas também como tendo sido o causador do único atraso no passeio diário em toda a vida de Kant, pelo impacto que causou no metódico formulador da filosofia liberal moderna, Rousseau sempre foi, também, polêmico e incompreendido. Neste sentido, a chave interpretativa aberta por Carlos Nelson permite perceber porque o genebrino inspirou tanto liberais quanto revolucionários.

Carlos Nelson parte da análise do *Discurso sobre a desigualdade*, obra em que afirma a continuidade do pensamento contratualista de Rousseau. Neste sentido, ao considerar ainda a sociedade como resultado de um contrato, o genebrino estaria inscrito nos cânones do liberalismo clássico. No entanto, como afirma Carlos Nelson, e se pode ler desde as primeiras páginas do *Discurso sobre a desigualdade*, a preocupação e, diríamos até, o pessimismo rousseauiano, assentam-se no resultado que já é possível antever logo nos primórdios do capitalismo e da sociedade civil burguesa, qual seja, a desigualdade, a pobreza e a alienação.

(...) enquanto para Hobbes e Locke o resultado do contrato seria a criação de um governo que beneficia igualmente todos, assegurando o melhor espaço possível para o livre desenvolvimento dos indivíduos singulares, o contrato que Rousseau nos descreve, no *Discurso*, beneficia apenas uma parcela da sociedade, precisamente os ricos, os detentores de propriedade. Na medida em que a propriedade, no estado anterior do contrato, resultava apenas de uma usurpação, de ‘uma conquista pela força’ – estando longe, portanto, de ser um direito natural legitimado pelo trabalho, como supunha Locke (Coutinho, 2011, p. 28).

No entanto, ainda sobre a influência do *Discurso...* e da teoria do contrato, hodiernamente, há quem defenda que poderíamos aplainar ou amenizar essas desigualdades, como querem os liberais de esquerda, por meio de políticas

públicas no seio do Estado capitalista. Isso porque a teoria contratualista, ainda presente no *Discurso...* de Rousseau, parte do indivíduo portador de sua liberdade irrestrita no ‘estado de natureza’. Portanto, cabe ao Estado – acima e fora da sociedade civil – como guardião e zelador do contrato, atuar apenas sobre as situações em que os indivíduos livre e iguais na sociedade civil não conseguem chegar à uma situação de equilíbrio e que maximize o bem comum. O que, em outras palavras, significa dizer que o Estado deve apenas atuar nas falhas do livre mercado. Toda concepção contratualista não leva em consideração as questões da luta de classes, já que, para essa concepção, não existem classes.

Ao analisar o *Contrato Social*, obra posterior de Rousseau, Carlos Nelson Coutinho chama a atenção para uma mudança de fundo operada nas concepções do autor, a qual considera, neste trabalho, como uma sociedade não mais formada a partir de um contrato, senão a expressão de uma Vontade Geral. Assim, a legitimidade do Estado não é a legitimidade advogada pelos liberais, mas com um conteúdo específico. Nas palavras de Carlos Nelson, temos:

... o seu conceito [de Rousseau] de legitimidade – tal como o dos gregos e ao contrário do de Locke e dos liberais – refere-se ao conjunto da ordem social e não apenas ao seu nível especificamente político. A legitimidade proposta por Rousseau é uma legitimidade quanto aos conteúdos e não somente quanto aos procedimentos (Coutinho, 2011, p. 30).

Essa chave interpretativa se faz possível a partir da observação feita por Carlos Nelson de que, no *Contrato Social*, Rousseau coloca a questão não só da formação da sociedade, mas também da formação de um novo indivíduo:

Do ponto de vista dos fundamentos econômico-sociais, ele [Rousseau] propõe uma sociedade que elimine os principais inconvenientes da propriedade privada (a

polarização extrema entre riqueza e pobreza) e, desse modo, evite a conflitualidade e a desigualdade próprias da ‘sociedade civil’ burguesa. Do ponto de vista do indivíduo, propõe a construção de um tipo de homem que, colocando o *amour de soi* (temperado pelo *pitié*) acima do *amour-propre*, seja capaz de tornar-se efetivamente virtuoso, orientando-se não mais pelo egoísmo (pelo interesse privado), mas sim pela ‘vontade geral’ (pelo interesse comum) (Coutinho, 2011, p. 31).

A partir dessas compreensões, ousamos dizer que a “vontade geral” que estaria na base da democracia da sociedade emancipada está inscrita no mesmo sentido de Marx, quando este afirma que a classe operária é a única portadora do projeto emancipador humano, ou seja, é o trabalhador que tem em si a possibilidade de emancipar não só o trabalhador, mas toda a humanidade. Essa trilha investigativa aberta por Carlos Nelson apresenta instigantes desafios àqueles que pretendem “não só pensar o mundo, mas, sobretudo, transformá-lo”.

Por fim, mas não menos importante, queremos ressaltar, no mesmo sentido do posfácio citado anteriormente, escrito por José Paulo Netto, a importância da crítica empreendida por Carlos Nelson, ainda em 1972, ao estruturalismo, presente em seu livro de então, *Estruturalismo e a miséria da razão*.

Em tempos tão difíceis, tanto na política quanto no “embate das ideias”, não é demais ressaltar que, apesar das lacunas, este texto é fundamental para todos aqueles que, em nossos dias, enfrentam duramente a onda reacionária e irracionalista do pensamento pós-moderno. O obscurantismo, a mistificação e a derrota da razão, divulgados cotidianamente através das vulgatas de “intelectuais” midiáticos, já se encontram intelectualmente derrotados com os ataques empreendidos por Carlos Nelson no princípio dos anos 1970.

No entanto, também não podemos concordar com uma leitura do marxismo que o transforme numa epistemologia, abandonando

o componente ontológico do pensamento de Marx, e que apenas realce a sua cientificidade, não levando em consideração as questões filosóficas, culturais e a prática política.

Carlos Nelson, polêmico e instigador, sempre esteve na perspectiva da transformação, tanto na “batalha das ideias”, quanto na práxis política, independentemente do partido em que militava. Esse intelectual, polêmico e criativo, contribuiu em muito para o avanço da teoria. Mas gostaríamos de recuperar aqui uma situação lembrada por Milton Temer, no livro *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*, organizado por Marcelo Braz (2012), que deixa claro quem era Carlos Nelson Coutinho. A uma pergunta em um debate: “Professor, afinal, o senhor é socialista ou social-democrata?”, Carlos Nelson respondeu: “Antes de tudo, não estou aqui como professor. E, quanto ao questionamento, muito simples: não sou uma coisa, nem outra, camarada. Sou um comunista.”

Portanto, assim como para Gramsci, também para Carlos Nelson “vale a pena viver quando se é comunista.”

Referências bibliográficas

Braz, M. (org.). *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Coutinho, C. N. *Cultura e sociedade no Brasil (ensaios sobre ideias e formas)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005a.

_____. *De Rousseau a Gramsci*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *Intervenções – o marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Lukács, Proust e Kafka: literatura e sociedade no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b.

KONDER, L. *Memórias de um intelectual comunista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Sofia Manzano

* Economista e professora universitária, diretora do Instituto Caio Prado Jr. (ICP) e autora do livro *Economia política para trabalhadores* (São Paulo: ICP, 2013).

Milton Pinheiro

** Professor de Ciência Política da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), editor da revista *Novos Temas* e autor, entre outros, de *A reflexão marxista sobre os impasses do mundo atual* (São Paulo: Outras Expressões, 2012).